



<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”



BOLETIM DA BIBLIOTECA
DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bol. Bibl. Câm. Dep.	Brasília	v. 10	n. 1	p. 1-206	jan./jun. 1961
-------------------------	----------	-------	------	----------	----------------

SABINO BARROSO

1859-1919

9.º Presidente da Câmara dos Deputados



PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

9

SABINO BARROSO *

Tornando-se independente em 7 de setembro de 1923, por força da Lei estadual n.º 843, o distrito de São Sebastião das Correntes, pertencente ao município do Sêro, passou a denominar-se Sabinópolis. Minas Gerais homenageava, assim, o seu ilustre filho Sabino Alves Barroso Júnior, que foi o nono presidente da Câmara dos Deputados, no período republicano. Também a Câmara soube ser grata a êste seu digno presidente, dando-lhe o nome a uma das salas do Palácio Tiradentes. Sabino Barroso foi um dos quatro mineiros que tiveram essa distinção, o que mostra, como assinala Afonso Arinos, "a influência mineira na primeira República".

Nasceu Sabino Barroso na fazenda de São Bartolomeu, em 27 de abril de 1859. Eram seus pais o coronel Sabino Alves Barroso e D. Maria Josefina de Araújo Barroso. Depois do curso primário, feito em Diamantina, Sabino Barroso matriculou-se no famoso Colégio de Caraça, onde os padres Lazaristas ministravam excelente curso de humanidades, sob uma disciplina rigorosa. Concluídos os preparatórios, seguiu para São Paulo, matriculando-se na tradicional Faculdade de Direito daquela cidade. Aí, com Bueno de Paiva e Tito Fulgêncio, o jovem Sabino Barroso publicou o jornal *O Constitucional*. Bacharelando-se em 1884, voltou, no ano seguinte, para sua cidade natal, onde passou a exercer intensa atividade. Tornou-se advogado. Fundou o jornal *O Serro* para defesa dos interesses locais. Empenhou-se em lutas políticas. E como que talhado para um

* A Biblioteca da Câmara dos Deputados agradece a colaboração que, para o preparo desta biografia, recebeu do Desembargador Alarico Barroso, do Arquiteto Sabino Barroso e do Dr. Alberto Venâncio Filho.

cenário mais amplo, candidatou-se a deputado estadual pelo Partido Conservador.

Eleito em 1886, transferiu residência para Ouro Prêto, a antiga capital do Estado de Minas Gerais. Referindo-se a esta fase da vida de Sabino Barroso, assim se exprimiu Francisco Sá: “Era um orador brilhante, vigoroso, forte e imaginoso. Freqüentava assiduamente tôdas as discussões. Versava os mais variados assuntos que interessavam à administração da Província” (21). Já então se apresentava com aquelas qualidades que, segundo o mesmo depoimento, caracterizavam a sua pessoa e explicam o sucesso de sua vida pública: a “polidez aristocrática”, o “espírito conciliador” e o “brilhante talento das combinações”. Logo o jovem representante do Sêro despertou e empolgou a atenção dos seus pares, tornando-se líder da maioria conservadora e, depois, presidente da Assembléia Provincial, na 26.^a e 27.^a legislaturas. Concorrendo na última eleição de deputados gerais do Império, em 1889, não conseguiu eleger-se, mas obteve uma expressiva votação.

Na Assembléia Constituinte do Estado, reunida após a proclamação da República, Sabino Barroso foi eleito 1.^o Secretário. Destacava-se então, como assinala Nelson de Sena, pelo acento de sua palavra convincente e enérgica, pelos arroubos de sua imaginação, pelo esmero de sua educação política, moldada no convívio com os “publicistas da escola francesa e da inglesa” (24). Tudo isso explica as suas constantes reeleições para o Congresso mineiro. Nos pleitos que disputou em seu distrito eleitoral, observa ainda Nelson de Sena que o nome de Sabino Barroso não vinha com a recomendação das chapas oficiais, mas “garantido no triunfo pelo aprêço de seus compatrióticos e correligionários” (24).

A política militante não o afastou, como a tantos outros, dos estudos jurídicos. Ao contrário. Bem versado tanto no Direito Penal como no Civil e no Comercial, êle exerceu com brilhantismo a advocacia, em Ouro Prêto e outras comarcas mineiras. Pertenceu ao grupo de juristas que fundou, em 10 de novembro de 1892, a Faculdade de Direito de Minas, da qual foi professor catedrático de Direito Público e Constitucional até 1900, quando se transferiu para o Rio de Janeiro. Também foi um dos fundadores da *Revista* da mesma Faculdade. E reatando suas atividades jornalísticas, iniciadas no Sêro, fundou, com Mendes Pimentel, o *Diário de Minas*, jornal de elevada oposição ao governo do Estado.

Em 1899 Sabino Barroso foi eleito Senador ao Congresso mineiro. No mesmo ano elegeu-se deputado federal, iniciando, assim, a fase nacional de sua vida pública. Os sucessos que conquistou no plano estadual multiplicaram-se e intensificaram-se no amplo cenário da nação. Sua entrada nesse cenário coincidiu com o início do governo Campos Sales, que o foi buscar no parlamento para exercer o importante cargo de Ministro da Justiça. Sabino Barroso aceitou a pasta com uma condição, que foi fielmente cumprida no fim do quadriênio: a garantia de juros estabelecida pelo Decreto de 14 de novembro de 1902, que possibilitou a incorporação da companhia construtora da Estrada de Ferro Vitória a Minas (24). Na obra de reconstrução comandada por Campos Sales, a pasta das finanças era tão importante quanto a da Justiça e Sabino Barroso também foi chamado a ocupá-la, com a alta responsabilidade de substituto do grande Joaquim Murinho. Quando, em 1902, deu-se a vaga de vice-presidente da República, pela morte de Silviano Brandão, Sabino Barroso foi indicado para aquêle cargo, afinal preenchido por Afonso Pena.

Voltando à Câmara Federal, em 1903 passou a fazer parte da Comissão de Finanças, da qual foi o presidente em sucessivas legislaturas. Tão demorada permanência à frente daquêle órgão técnico é uma prova da sua competência em matéria de política financeira, bem como de sua probidade e de seu zelo na defesa do erário.

Sob sua presidência, a Comissão de Finanças jamais se curvou a qualquer imposição governamental. Ele mesmo o declarou certa vez: “o meu trabalho é sempre no sentido de que a nossa função não seja a de simples chancelaria” (7).

Com a renúncia de Carlos Peixoto, Sabino Barroso foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados, em 26 de maio de 1909. Bueno Brandão afirmou que êle, “sem ter sido um voluntarioso e um prepotente, sabia fazer-se obedecido, convencendo pela persuasão” (14). E Francisco Sá acrescenta que Sabino Barroso deduzia sagazmente a média das opiniões para melhor guiá-las, conseguindo, assim, “o prestígio de uma autoridade inigualável” (21). Esse prestígio transbordava dos limites da Câmara, fazendo-se sentir em todo o amplo cenário político-administrativo da nação. Sabe-se como êste cenário estava conturbado, no último período do quadriênio do Marechal Hermes da Fonseca. Êste desejava ardentemente ser sucedido na presidência da República pela sua “eminência parda”: o todo-poderoso senador Pinheiro Machado. Contra êsse conluio levantava-se a nação inteira, presagiando uma campanha eleitoral das mais perigosas. Como assi-

nala Pandiá Calógeras, “um homem houve que solveu esta tão tensa situação: Sabino Barroso”. Vale à pena transcrever aqui todo o trecho no qual Calógeras historia a atuação do presidente da Câmara dos Deputados naquela difícil emergência.

“Sabino Barroso representava Minas Gerais, e era tido por observador psicológico de extrema argúcia das correntes gerais: admiradores seus costumavam dizer que era um verdadeiro sismógrafo político. Sua previsão era igual a seu tato e sua ação moderadora nos conflitos tão freqüentes de interêsses e de pareceres; sua superioridade moral, e sua completa abnegação, tanto quanto sua dedicação absoluta e exclusiva ao interêsse público, faziam dêle uma autoridade geralmente respeitada e obedecida.

“Procurou a Pinheiro Machado, e abriu-lhe os olhos à realidade. Poderia ser eleito o senador, mas à custa de grandes perigos: o país dilacerado por lutas partidárias, em face da mais ameaçadora das situações, tanto interna como internacional.

“Revelou então o velho gaúcho a elevação de seu ser moral: ouviu Sabino em silêncio, meditou e respondeu que não se havia êle feito candidato, mas que amigos seus o impeliam a isso. Êle próprio havia refletido sôbre a inoportunidade de se apresentar como concorrente à presidência. Sentia-se convencido agora pelo que lhe dissera Sabino, e ia declarar que não admitiria campanha em seu benefício.

“Ao Brasil foi poupada nova luta da mais alta inconveniência, igual à que se dera com Hermes, graças ao nível nobre e patriótico em que tanto Sabino como Pinheiro colocaram sua ação combinada.” (15, p. 414-415)

Em novembro de 1914, quando Hermes da Fonseca terminava o seu “governo quase intolerável” — a expressão é de Calógeras (15, p. 415) — a situação financeira da República era verdadeiramente calamitosa. Para corrigi-la, o Poder Executivo — então chefiado por Wenceslau Braz — voltou a apelar para Sabino Barroso, oferecendo-lhe o Ministério da Fazenda. Já gravemente enfêrmo, mas sempre abnegado, o presidente da Câmara dos Deputados aceitou o novo encargo, tendo, entretanto, de exonerar-se no ano seguinte. Seguiu, então, para a Suíça — a Meca de todos os tuberculosos — onde passou os anos de 1915 e 1916, tentando uma cura que, ao fim dêste período, parecia consolidada. Tanto que, regressando ao Brasil, voltou às atividades políticas e foi eleito, em 6 de maio de 1917,

deputado federal, na vaga de Joaquim de Salles. Em 26 de julho do mesmo ano, os seus pares o reconduziram à presidência da Câmara, vaga com a renúncia de Astolfo Dutra.

Sabino Barroso era membro da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro. Sabia, entretanto, colocar acima do partido e do seu próprio estado os superiores interesses nacionais. Foi êle que cusadamente interrompeu a velha e errada tradição dos presidentes da República oriundos exclusivamente de Minas Gerais ou de São Paulo, ao indicar a Álvaro de Carvalho o nome de Eptácio Pessoa para a sucessão de Rodrigues Alves, morto em 1918, antes de empossar-se pela segunda vez na presidência (15, p. 422). Mas não teria a satisfação de assistir a posse do presidente paraibano, pois veio a falecer em 15 de junho de 1919. Como Carlos Peixoto, Sabino Barroso era de compleição franzina — um “perfil britânico surgido em meio latino” (24) — e faleceu da mesma doença que vitimou o seu antecessor na presidência da Câmara. Também morreu solteiro, como Peixoto, talvez para que aos interesses da Nação pudesse dedicar, como, de fato, dedicou, tôda a sua vida. A política foi — e disse-o muito bem Joaquim de Salles — “a sua única paixão” (23, p. 98).

REFERÊNCIAS

ACD = Anais da Câmara dos Deputados

DCN = Diário do Congresso Nacional

a) De Sabino Barroso

- 1 — Discurso em 24-10-1900, sôbre a reforma da Justiça do Distrito Federal. *ACD*, 1900, v. 6, p. 606-608 e 612-613.
- 2 — Discurso em 25-10-1900, sôbre a reforma da Justiça do Distrito Federal. *ACD*, 1900, v. 6, p. 622-624 e 627-628.
- 3 — Discurso em 19-12-1900, sôbre o orçamento da Fazenda. *ACD*, 1900, v. 8, p. 605-606.
- 4 — Discurso em 4-5-1901, sôbre o falecimento do Dr. João da Matta Machado. *ACD*, 1901, v. 1, p. 18-19.
- 5 — Discurso em 1-7-1901, sôbre urgência do parecer da Comissão de Verificação de Podêres. *ACD*, 1901, v. 3, p. 4.

- 6 — Discurso em 7-12-1907, sôbre o orçamento da Indústria e Viação. *ACD*, 1907, v. 8, pt. 1, p. 322-325.
- 7 — Discurso em 2-12-1908, para uma explicação pessoal, sôbre parecer da Comissão de Finanças (Orçamento da Indústria). *ACD*, 1908, v. 13, p. 134-135.
- 8 — Discurso em 15-12-1908, sôbre o orçamento da Viação, na parte referente à reforma dos Correios. *ACD*, 1908, v. 13, p. 512-513.
- 9 — Discurso em 17-5-1909, sôbre a renúncia de Carlos Peixoto. *ACD*, 1909, v. 2, p. 158.
- 10 — Discurso em 27-5-1909, assumindo a presidência da Câmara. *ACD*, 1909, v. 2, p. 453-454.

b) Sôbre Sabino Barroso

- 11 — ABREU, Vespúcio de — [Discurso no Congresso Nacional, em 16-6-1919] *DCN*, 17 jun. 1919, p. 560.
- 12 — ANDRADE BEZERRA, A.V. de. — [Discurso no Congresso Nacional, em 16-6-1919] *DCN*, 17 jun. 1919, p. 562.
- 13 — AZEREDO, A. (Como Presidente do Congresso Nacional) — [Discurso em 16-6-1919] *DCN*, 17 jun. 1919, p. 559-560.
- 14 — BRANDÃO, Bueno — [Discurso no Congresso Nacional, 16-6-1919] *DCN*, 17 jun. 1919, p. 560-561.
- 15 — CALÓGERAS, João Pandiá — *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello [s.d.] p. 467 e 475 (Biblioteca científica brasileira... Collecção historica e linguistica, n. 258)
- ——— 4. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945, p. 414-415 e 422 (Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 5.: Brasileira, v. 42).
- 16 — DUNSHEE DE ABRANCHES, João — *Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brazil...* São Paulo [s. ed.] 1918, v. 1, p. 127-128.
- 17 — *ENCYCLOPEDIA e dicionario internacional...* Rio de Janeiro, W. M. Jackson [s. d.] v. 2, p. 1245.

- 18 — FERRAZ, Jorge — [Discurso na sessão de 27-4-1959] *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 abr. 1959.

Referência fornecida pelo Desembargador Alarico Barroso.

- 19 — LIMA, Augusto de — [Discurso no Congresso Nacional, em 16-6-1919] *DCN*, 17 jun. 1919, p. 561.
- 20 — LIMA, Mário de — Sabino Barroso Junior. *In: Collectanea de auctores mineiros...* Prosadores. v. I. Historia — oratoria. Bello Horizonte, Imprensa Official, 1922, p. 482-489.
- 21 — SÁ, Francisco — [Discurso no Congresso Nacional, em 16-6-1919] *DCN*, 17 jun. 1919, p. 561-562.
- 22 — SALLES, Ephigenio — [Discurso no Congresso Nacional, em 16-6-1919] *DCN*, 17 jun. 1919, p. 562.
- 23 — SALLES, Joaquim de — Sabino Barroso. *In: Se não me falha a memória (políticos e jornalistas do meu tempo)* Rio de Janeiro, Liv. São José [1961] p. 97-103.
- 24 — SENNA, Nelson Coelho de — [Discurso na sessão de 18-6-1919] *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 jun. 1919.

Referência fornecida pelo Desembargador Alarico Barroso.